



GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

ISSN 2177-3688

INTEGRANDO A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES PARA A RECUPERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INTEGRATING KNOWLEDGE ORGANIZATION AND ARCHIVAL SCIENCE: AN ANALYSIS OF INTERDISCIPLINARY CONTRIBUTIONS FOR DOCUMENT RETRIEVAL IN THE TRUTH COMMISSION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO NORTE

Jacyara Kalina Themistocles da Silva - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Dalgiza Andrade Oliveira - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Célia da Consolação Dias - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os documentos são fontes de informações que contribuem para a preservação das sociedades democráticas. Entretanto, a dificuldade de recuperar documentos memorialísticos pode ser considerada um desafio informacional. Assim, buscou-se desenvolver diálogos interdisciplinares entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento, com o objetivo de investigar os instrumentos e metodologias dessas áreas que pudessem contribuir para o tratamento e acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Destarte, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e aplicada, utilizando uma abordagem qualitativa. Os procedimentos específicos incluíram a revisão da literatura, a solicitação de informações à referida universidade, ao Arquivo Geral e ao Laboratório de Imagens da instituição mencionada. Com isso, pretendeu-se identificar o perfil dos usuários, as demandas por documentos, os instrumentos de controle terminológico e as diretrizes utilizadas para a indexação dos documentos. Além disso, buscou-se por contribuições da Organização do Conhecimento nos estudos apresentados no Grupo de Trabalho 2 - Organização e Representação do Conhecimento do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Desse modo, foram identificadas contribuições da Organização do Conhecimento, destacando-se a análise documental, a indexação e a utilização de instrumentos de controle terminológico. Na Arquivologia, destacam-se as contribuições da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, que estabelece os pontos de acesso arquivísticos necessários para a realização da descrição documental. Por fim, as contribuições identificadas possibilitaram a aplicação da interdisciplinaridade entre a Organização do Conhecimento e a Arquivologia, resultando na proposta de definição dos pontos de acesso aos documentos da comissão universitária.

Palavras-chave: ciência da informação; organização do conhecimento; arquivologia; Norma Brasileira de Descrição Arquivística; comissão da verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Abstract: Documents are sources of information that contribute to the preservation of democratic societies. However, the difficulty of recovering memorial documents can be considered an informational challenge. Thus, we sought to develop interdisciplinary dialogues between Archivology and Knowledge Organization, with the aim of investigating the instruments and methodologies in these areas that could contribute to the treatment and access to documents from the Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte. To this end, bibliographical, documentary, exploratory and applied research was carried out, using a qualitative approach.

Specific procedures included a literature review, requesting information from the aforementioned university, the General Archive and the Image Laboratory of the aforementioned institution. With this, the aim was to identify the profile of users, the demands for documents, the terminological control instruments and the guidelines used for document indexing. In addition, contributions from the Knowledge Organization were sought in the studies presented in Working Group 2 - Organization and Representation of Knowledge of the National Meeting of Research in Information Science. In this way, contributions from the Knowledge Organization were identified, highlighting document analysis, indexing and the use of terminological control instruments. In Archivology, the contributions of the Brazilian Standard for Archival Description stand out, which establishes the archival access points necessary to carry out documentary description. Finally, the identified contributions made it possible to apply interdisciplinarity between Knowledge Organization and Archival Science, resulting in the proposal to define access points to university commission documents.

Keywords: information science; knowledge organization; archival science; Brazilian Standard for Archival Description; Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é fundamental para o fortalecimento e a manutenção das sociedades democráticas, uma vez que a disponibilidade de informações públicas promove a transparência política e contribui para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, de acordo com Bellotto (2010), os documentos são fontes relevantes, uma vez que apresentam informações registradas que desempenham um papel crucial na recuperação e preservação da memória coletiva. Isso permite a compreensão do passado e dos processos que levaram à formação da sociedade contemporânea. A autora acrescenta que, “[...] o documento de arquivo, não importa o suporte, inclusive o eletrônico, é um produto social” (BELLOTTO, 2010, p. 161).

Nessa perspectiva, destaca-se a importância dos documentos que compõem o acervo das Comissões da Verdade, tendo em vista que eles retratam o passado de violações ocorridas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). E nesse aspecto, a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI) é concebida como um importante instrumento de cidadania no Brasil, pois a partir de sua publicação foi possível dar transparência aos documentos públicos, os quais incluem os arquivos da ditadura (BRASIL, 2011a).

Ademais, é relevante mencionar que, no mesmo dia da criação da LAI, também foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a responsabilidade de investigar violações de direitos humanos ocorridas durante o período repressivo. Além de contribuir para o acesso aos documentos em nível nacional, a CNV inspirou a criação de comissões semelhantes em âmbito municipal, estadual e universitário (BRASIL, 2011b).

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é investigar os instrumentos e metodologias da Organização do Conhecimento e da Arquivologia que podem contribuir para o tratamento e acesso aos documentos produzidos e coletados pela Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CV-UFRN).

Assim, três hipóteses foram formuladas: (1) a Organização do Conhecimento oferece recursos que podem contribuir para a recuperação dos documentos da CV-UFRN; (2) a representação do documento pode ser baseada em seu contexto e conteúdo, conforme preconizado pelos estudos em Arquivologia; e (3) a descrição arquivística multinível, que parte do geral para o particular e da informação relevante para o nível de descrição, pode facilitar o acesso aos documentos da CV-UFRN.

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se esta pesquisa caracterizada como bibliográfica, documental, exploratória e aplicada, com uma abordagem qualitativa. Os procedimentos específicos incluíram a revisão de literatura, a solicitação de informações à UFRN, ao Arquivo Geral e ao Laboratório de Imagens (LABIM) para conhecer o perfil dos usuários, as demandas por documentos, o instrumento de controle terminológico utilizado e a política de indexação da CV-UFRN. Além disso, realizou-se a busca por contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivística para definição de pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN.

Partindo do entendimento de que a dificuldade de recuperação e acesso aos documentos da CV-UFRN caracterizam um problema informacional inserido no escopo dos estudos da Ciência da Informação, optou-se por identificar as contribuições da Organização do Conhecimento (OC) para a Arquivística nas pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho 2 (GT 2) – Organização e Representação do Conhecimento, do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Essa escolha se deu devido à ementa do GT 2, que abrange estudos sobre "[...] políticas, instrumentos, processos e produtos da organização e representação do conhecimento, descrição, recuperação e acesso à informação" (ANCIB, 2023).

A seguir, apresenta-se a contextualização da criação da CV-UFRN, seguida pelas contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivística para a definição de pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN.

2 COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

O período compreendido entre os anos de 1964 até 1985 foi marcado por um regime autoritário que resultou em inúmeras violações de direitos humanos em todo o território brasileiro. Durante esses 21 anos de ditadura militar, a sociedade brasileira foi sendo cada vez mais reprimida e teve seus direitos, progressivamente, cerceados em decorrência da repressão militar (MOTTA, 2014).

No entanto, durante a década de 1970, ocorreram diversas mobilizações contra a ditadura militar. Destacam-se o Movimento Estudantil, o Movimento Feminista, o Movimento pela Anistia e, ainda, o Movimento pelas Diretas Já. Indica-se que, diante de toda essa mobilização popular, a ditadura militar foi perdendo força e chegou ao fim no ano de 1985 (COMPARATO, 2014).

Nesse sentido, é relevante ressaltar que países que enfrentam situações de violações de direitos humanos necessitam adotar medidas de transição, conhecidas como Justiça de Transição, que têm como pilares fundamentais "a memória e a verdade; a reparação; a reforma das instituições e a justiça" (ALMEIDA, 2014, p. 195).

Partindo desse ponto, indica-se que, no Brasil, a criação da LAI está alinhada aos princípios da Justiça de Transição e é considerada um instrumento essencial para a cidadania. Entende-se que o acesso à informação é fundamental para a preservação e a manutenção de sociedades democráticas. Além disso, considera-se que o acesso às informações públicas possibilita a transparência política, favorecendo o exercício da cidadania e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais (BRASIL, 2011a).

Ademais, outro marco importante para o resgate histórico desses documentos memorialísticos foi a criação da CNV, que possibilitou a investigação das violações de direitos humanos ocorridas durante o período repressivo. Destaca-se ainda que o desenvolvimento da CNV inspirou a criação de outras Comissões da Verdade em níveis municipais, estaduais e universitários (BRASIL, 2011b).

Nesse contexto, apresenta-se a CV-UFRN, estabelecida com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar na UFRN. Essa comissão teve como principal objetivo efetivar o direito à memória no âmbito da referida universidade. Para isso, estabeleceu metas específicas, incluindo: a investigação dos impactos do regime militar na UFRN; o alinhamento com o trabalho desenvolvido pela CNV; o mapeamento dos documentos do período repressivo existentes nos arquivos da UFRN e de outras instituições; a contribuição para a recuperação da memória dos movimentos de

resistência ao Regime Militar na UFRN; e o desenvolvimento de propostas de reparação para as vítimas da repressão dentro da universidade. Ao final, o trabalho realizado pela CV-UFRN resultou no desenvolvimento de um fundo documental de relevância histórica e social, composto por documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e documentos arquivísticos em diversos suportes, gêneros e espécies. Alguns deles são caracterizados como: relatórios, correspondências, informativos e ofícios (ALMEIDA; MAIA, 2015).

Infere-se que o acesso a esses documentos pode contribuir para a construção da memória coletiva, além de proporcionar condições de justiça e reparação às vítimas da ditadura, no que diz respeito à honra, imagem e sofrimentos vivenciados. No entanto, apesar da importância desses documentos, enfrentam-se desafios relacionados ao tratamento, recuperação e acesso aos mesmos na plataforma digital¹ em que estão disponíveis atualmente.

Nessa direção, este estudo justifica-se pela possibilidade de apresentar contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para a recuperação e acesso a esse fundo arquivístico. Busca-se, assim, colaborar para conscientizar a sociedade, de forma que tais violações não sejam esquecidas e não voltem a ocorrer.

A seguir, serão apresentadas as contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para viabilizar o acesso e a recuperação desses documentos.

3 CONTRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA ARQUIVÍSTICA

De acordo com Lima (2015), a Organização do Conhecimento pode ser caracterizada como uma área de estudo que possibilita a criação de modelos conceituais. E esses modelos, caracterizados como representações de unidades de conhecimento, são elementos, intrinsecamente, relacionadas à criação dos Sistemas de Organização do Conhecimento.

Nessa perspectiva, Campos (2004, p. 24), destaca que “[...] os mecanismos de representação de conhecimento permitem, assim, que processos de formalização sobre os objetos e suas relações, em contextos predefinidos, possam ser facilmente representados”. Assim, entende-se que esses modelos de representação do conhecimento podem auxiliar na elaboração de linguagens documentárias e, conseqüentemente, podem contribuir para

¹ Disponível em: <http://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade/> Acesso em: 20 mar.2022.

a recuperação das informações (CAMPOS, 2004).

Além disso, de acordo com Barros e Sousa (2019), as metodologias da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) contribuem para dar acesso às informações. Os autores destacam que,

[...] a Organização e Representação do Conhecimento é uma área que contribui de forma fundamental para a construção de metodologias para o acesso à informação. Nesse sentido, têm-se apresentado uma série de desdobramentos para o desenvolvimento de linguagens, estruturas, classificações, ou seja, sistemas de organização do conhecimento. Por outro lado, a Arquivologia tem uma trajetória de forma paralela, mas, em muitos momentos, busca interlocuções, ainda que superficiais ou até não intencionais, com a área de Organização e Representação do Conhecimento. Como é o caso da elaboração de alguns requisitos das normas de descrição arquivística, ontologias, taxonomias, vocabulários controlados, dentre outros. Porém, contribuições pontuais e, em muitos casos, periféricas ao mainstream do pensamento arquivístico mundial (BARROS; SOUSA, 2019, p. 77).

A esse respeito, para Aguiar e Kobashi (2013), a Organização do Conhecimento pode contribuir para a Arquivística por meio dos estudos relativos à Teoria do Conceito, Teoria da Classificação e Análise Documentária.

De acordo com os autores, a incorporação das contribuições advindas da Teoria da Classificação e da Teoria do Conceito, podem colaborar para melhorias no processo de classificação arquivística, por meio do desenvolvimento de reflexões acerca das operações da Classificação e Descrição (AGUIAR; KOBASHI, 2013).

Complementarmente, indicam que a Análise Documentária pode contribuir para sintetizar a informação arquivística. Os autores ressaltam que,

[...] Pode-se aferir que o processo de descrição se apoia nas teorias da representação e nos princípios da Classificação e na Análise Documentária com o objetivo de sintetizar volumes de informação através de índices e resumos - se materializa mediante os instrumentos de representação documentária. É por meio da descrição e da classificação que a informação do documento arquivístico é representada (AGUIAR; KOBASHI, 2013, p. 9).

Ademais, foram identificadas contribuições sobre a importância da análise de domínio, análise documentária, avaliação de documentos, descrição, indexação, linguística documentária, Teoria da classificação, Teoria do conceito e Tipologia documental.

Já em relação as contribuições da Arquivística para a recuperação e acesso aos

documentos da CV-UFRN, destaca-se que o trabalho arquivístico pressupõe a utilização de instrumentos que possibilitem a gestão, organização, preservação, recuperação e acesso aos documentos. Além disso, entre as principais funções da gestão arquivística estão a classificação e descrição documental (BRASIL, 2001).

Na Arquivologia, o processo de classificação relaciona-se às funções de gestão documental como avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, Barreto e Rodrigues (2018) afirmam que a identificação arquivística e a tipologia documental podem contribuir para a gestão de documentos, uma vez que fornecem subsídios para o desenvolvimento de parâmetros de boas práticas no tratamento técnico arquivístico e para o desenvolvimento de instrumentos de gestão, como o plano de classificação.

Acrescente-se que, considerando a relevância da atividade de descrição documental, as diretivas apresentadas na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foram imprescindíveis para a definição dos pontos de acesso (BRASIL, 2006).

A NOBRADE foi criada com base nos pressupostos do respeito ao fundo e na descrição multinível. Seu objetivo é estabelecer diretrizes para a descrição arquivística nacional. Dessa forma, a norma busca contribuir para uma descrição padronizada e eficiente, levando em consideração o nível de descrição, suas relações, informações relevantes, descrições hierárquicas e concisas (BRASIL, 2006).

A NOBRADE é relevante para este estudo por estabelecer as diretrizes para a definição de pontos de acesso arquivísticos, adotar os princípios expressos na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, estabelecer as oito áreas de descrição, apresentar os 28 elementos descritivos necessários para a descrição arquivística e os sete elementos descritivos obrigatórios, que são: “código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso” (BRASIL, 2006, p. 19).

As oito áreas de descrição apresentadas na NOBRADE são: (1) área de identificação, (2) área de contextualização, (3) área de conteúdo e estrutura, (4) área de condições de acesso e uso, (5) área de fontes relacionadas, (6) área de notas, (7) área de controle da descrição, e por fim, a (8) área de pontos de acesso e indexação de assuntos (BRASIL, 2006).

Em relação aos elementos descritivos apresentados na NOBRADE, observou-se que a norma apresenta na área de contextualização um elemento obrigatório (nome dos produtores). Sendo assim, é possível inferir a importância do contexto na descrição arquivística, uma vez que essa área viabiliza a identificação dos nomes dos produtores, história administrativa/biografia, história arquivística e a procedência dos documentos (BRASIL, 2006).

Além disso, destaca-se que a área de pontos de acesso e indexação é uma inovação da norma brasileira, que traz a descrição de palavras chave, orienta à utilização de um instrumento de controle terminológico e possibilita a indexação de assunto dos documentos. Diante disso, entende-se que esse elemento descritivo pode contribuir para facilitar o acesso aos documentos por ampliar as possibilidades de recuperação (BRASIL, 2006).

Após a análise das contribuições da OC e da Arquivologia, definiu-se os pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN conforme será apresentado na seção de resultados.

4 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental, adotando uma abordagem qualitativa e empregando procedimentos empíricos. O levantamento bibliográfico e documental teve como foco os estudos sobre Organização do Conhecimento, Arquivologia e os documentos da CV-UFRN. Além disso, foram consultadas leis e normas relevantes para o contexto deste estudo, como a Constituição Federal de 1988, a LAI e a NOBRADE.

Ademais, foram consultadas pesquisas apresentadas no GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento do ENANCIB. Além disso, buscou-se por contribuições da Arquivologia, com destaque para as diretrizes apresentadas pela NOBRADE.

Posteriormente, foram realizadas solicitações de informações à UFRN, ao Arquivo Geral e ao LABIM, com o objetivo de conhecer o perfil dos usuários, suas demandas e a política de indexação utilizada para descrever os documentos da CV-UFRN. Os requerimentos foram enviados pelos *e-mails* institucionais do Arquivo Geral e do LABIM, e a solicitação à UFRN foi encaminhada pelo portal Fala.br²

² Trata-se de uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação pública. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br> Acesso em: 10 jun. 2023.

Foram desenvolvidos quatro questionamentos: (1) Qual é o perfil dos usuários que buscam informações e/ou acesso aos documentos da CV-UFRN? (2) Quais são os documentos da CV-UFRN que têm mais demandas de pesquisas e consultas pelos usuários? (3) Para realizar a organização dos documentos no ambiente digital, a CV-UFRN utilizou algum vocabulário controlado a fim de indexar os termos de modo mais eficiente? Se sim, qual/quais foram eles? (4) A CV-UFRN possui diretrizes para a indexação dos documentos? Se sim, qual/quais são elas?

Destaca-se ainda que a abordagem empírica está caracterizada pela análise dos documentos da CV-UFRN na base de dados digitais do LABIM, a qual foi desenvolvida de forma exploratória para identificar elementos de descrição arquivística e estabelecer pontos de acesso. É importante ressaltar que essa análise foi fundamental para compreender o contexto de criação desses documentos. Por fim, os pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN foram identificados e definidos com base nas indicações da NOBRADE.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o desenvolvimento deste estudo, inicialmente, buscou-se conhecer o perfil dos usuários, as demandas por documentos, os instrumentos de controle terminológico utilizados para a indexação, assim como a política de indexação aplicada no tratamento dos documentos da CV-UFRN. Para isso, foram realizados requerimentos de informações à UFRN, ao Arquivo Geral e ao LABIM.

No entanto, as respostas obtidas revelaram a falta de dados sobre o perfil dos usuários, falta de registros sobre as demandas por documentos e ausência ou a falta de conhecimento sobre a utilização de instrumento de controle terminológico e de políticas de indexação. Diante disso, optou-se por realizar a observação do fundo documental da CV-UFRN para verificar quais documentos seriam mais relevantes para este estudo. Nesse ponto, observou-se quais documentos poderiam contribuir para o entendimento do contexto de criação desse fundo documental.

Nessa perspectiva, definiu-se como objeto de estudo desta pesquisa o item documental denominado “Ficha DOPS³”, que está dentro da pasta “8A - Perseguidos Políticos”. A ficha DOPS refere-se a um formulário policial preenchido pelos órgãos de

³ Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – Órgão de vigilância, monitoramento e repressão social que realizava perseguições durante a ditadura militar (MOTTA, 2014).

vigilância e monitoramento durante o período da ditadura. Nesse documento, estão registrados dados pessoais do perseguido político, bem como acusações de subversão e comunismo, indicando que a pessoa em questão desempenhava o papel de líder no movimento subversivo e esteve envolvida em ataques contra as Forças Armadas do país.

A escolha se deu por entender que os documentos que comprovam as perseguições podem retratar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, e, por isso, apresentam informações que indicam o contexto de criação do fundo documental da CV-UFRN. A seguir, apresenta-se o documento denominado “Ficha DOPS”.

Figura 1 – Ficha Dops

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E SEGURANÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
DOPS – SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: [REDACTED]
Data de nascimento: [REDACTED]
Naturalidade: [REDACTED]
Residência: [REDACTED]
Identidade n.º: [REDACTED] Título de Eleitor n.º: [REDACTED]
Estado Civil: [REDACTED] Cor: [REDACTED]
Altura: [REDACTED] Cms. Cabelos: [REDACTED]
Profissão: [REDACTED]
Filiação: Pai [REDACTED] Mãe [REDACTED]
Sinais Particulares - Motivo: Pront. nº0002

Impresso nas Oficinas Gráficas do CERN

DATA			HISTÓRICO
DIA	MES	ANO	
13	07	78	INFO Nº 131/78-SI/CATRE . "Assinou um manifesto de apoio ao registro do Partido Comunista Brasileiro, em 06.12.61"
			"Foi citado em IPM que apurou "
			atividades ilícitas - desvio de armamento e munição per-
			tencente às Forças Armadas e Auxiliares"
			"Líder no setor da subversão ,
			como orador em reuniões de projeção onde se encontravam e
			lementos expoentes da esquerda, defendeu os mesmos pontos
			de vista dos comunistas, pregando as reformas de base na
			"marra", com ataques às Forças Armadas do País"

Fonte: Fundo documental da CV-UFRN (2023).

Destaca-se que o objeto de estudo desta pesquisa refere-se a parte do fundo documental da CV-UFRN, que está sob a guarda do LABIM, tendo em vista a sua disponibilidade na plataforma digital. Essa escolha permite a reprodução da pesquisa, a conferência dos dados, além de possibilitar o desenvolvimento de estudos futuros.

Ademais, é relevante mencionar que, considerando as questões éticas e legais envolvendo o tratamento e a divulgação de dados pessoais das vítimas da ditadura, optou-se

por preservar os dados pessoais da vítima contidos nesse documento, os quais podem ser consultados na íntegra por meio do acesso ao fundo da CV-UFRN.

Já em relação aos resultados das buscas por contribuições da Organização do Conhecimento, destacam-se os estudos sobre indexação, o uso de instrumento de controle terminológico como produto da OC e as contribuições teóricas identificadas no GT 2 do ENANCIB. As contribuições da OC para a Arquivística estão relacionadas aos estudos referentes a importância da análise de domínio, análise documentária, avaliação de documentos, descrição, indexação, linguística documentária, Teoria da classificação, Teoria do conceito e Tipologia documental.

Sobre as contribuições da Arquivística, destacam-se as diretrizes apresentadas na NOBRADE, tendo em vista que a norma estabelece todos os elementos de descrição documental, apresenta os níveis de descrição e dispõe sobre recomendações de uso de instrumentos como: vocabulários controlados e políticas de indexação (BRASIL, 2006).

Em relação à utilização de vocabulário controlado, inicialmente, pretendia-se utilizar o Tesauro⁴ da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), devido a sua cobertura temática. No entanto, em decorrência de inconsistência nos relacionamentos entre os termos optou-se pela utilização do Tesauro do Senado⁵ tendo em vista que, historicamente, essa instituição tem atuado na organização da informação no Brasil.

Os problemas de relacionamentos do Tesauro da CIDH, foram identificados durante a tentativa de realizar a tradução dos termos para a linguagem controlada. Além disso, estudos realizados por Frota, Ribeiro e Gomes (2017), confirmam essa inconsistência nos relacionamentos. Os autores indicaram os seguintes problemas no Tesauro da CIDH, “[...]formação inadequada de termos gerais e específicos para representar as dimensões dos Direitos Humanos[...]falta de coerência entre conceitos, bem como o emprego de termos que estão em desuso na área” (FROTA; RIBEIRO; GOMES, 2017, p. 225).

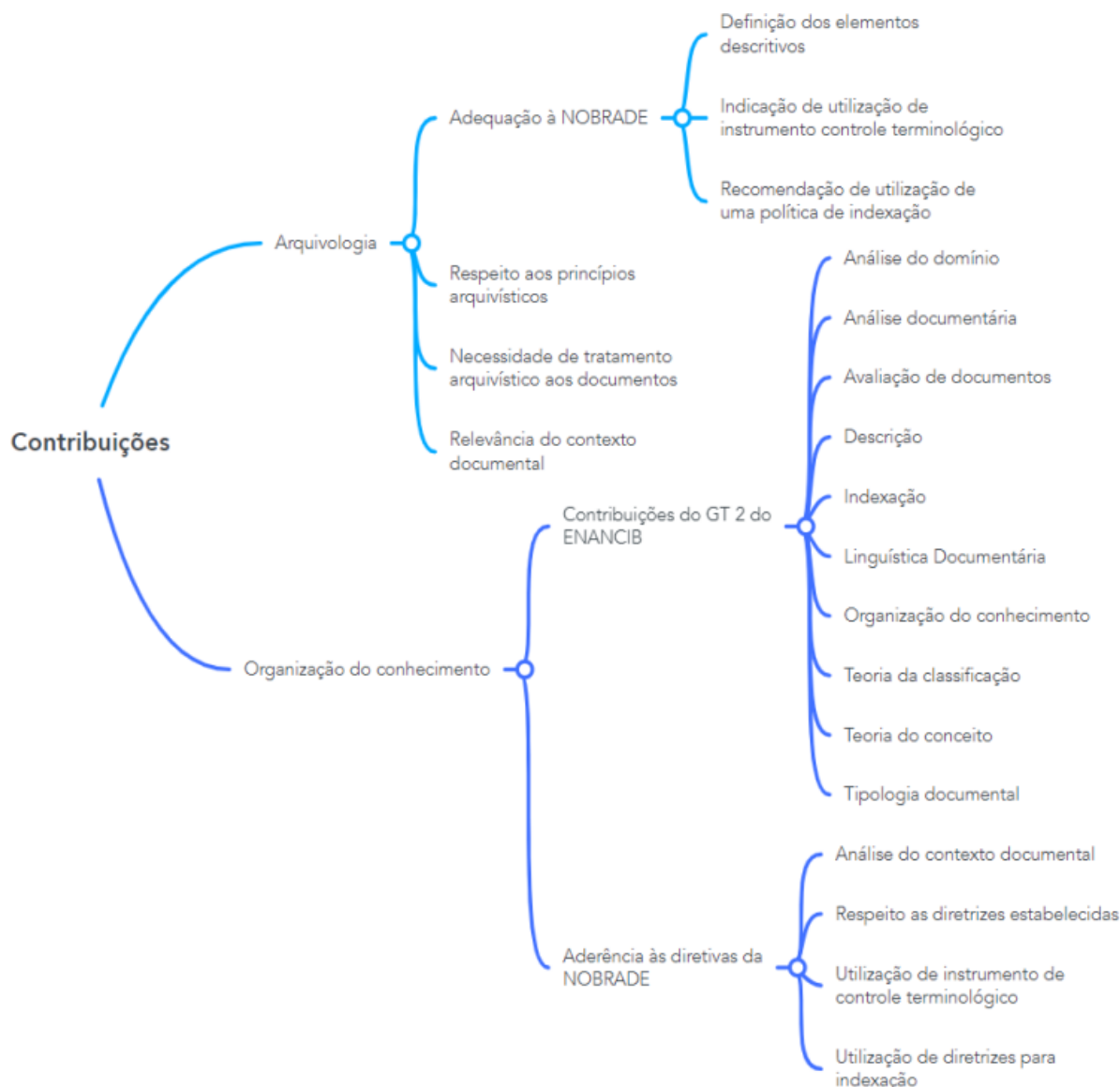
Todavia, ao se utilizar o Tesauro do Senado para realizar a tradução da linguagem natural para a linguagem controlada, observou-se a dificuldade para selecionar o termo mais adequado, já que esse instrumento não apresenta termos específicos. Porém, como o instrumento apresenta os termos autorizados, essa dificuldade foi superada e foi possível realizar a indexação. A seguir, apresenta-se a Figura 2, que ilustra as contribuições da

⁴ Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tesauro> Acesso em: 10 jun. 2023.

⁵ Disponível em: <https://legis.senado.gov.br/webthes/#/> Acesso em: 10 jun. 2023.

Arquivologia e da Organização do Conhecimento para a definição dos pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN.

Figura 2 – Contribuições da Arquivologia e da Organização do Conhecimento



Fonte: Silva (2023, p. 96).

Ao final deste estudo, foi possível determinar os seguintes pontos de acesso aos referidos documentos: código de referência - **(obrigatório)**; título – **(obrigatório)**; data da produção do documento – **(obrigatório)**; data assunto; nível de descrição - **(obrigatório)**; dimensão e suporte - **(obrigatório)**; nome(s) do(s) produtor(es) - **(obrigatório)**; procedência; condições de acesso - **(obrigatório somente para descrições em níveis 0 e 1)**; existência e localização dos originais; e por fim, escolheu-se, nomes de entidades, área geográfica e assuntos tópicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste estudo, foi possível compreender a importância do fundo documental da CV-UFRN, ressaltando o seu potencial como um instrumento fundamental para a construção da memória coletiva e a preservação da democracia, por meio do acesso a esses documentos de valor histórico e social.

Os resultados deste estudo confirmaram as hipóteses formuladas: (1) a Organização do Conhecimento possui insumos que podem contribuir com a recuperação dos documentos da CV-UFRN; (2) a representação do documento também pode ocorrer com base em sua contextualização e conteúdo, conforme preconiza os estudos da Arquivologia; (3) a descrição arquivística multinível, que parte do geral para o particular e da informação relevante para o nível de descrição, pode contribuir para o acesso aos documentos da CV-UFRN, conforme preconiza a NOBRADE.

Ainda, é importante ressaltar que a interdisciplinaridade entre a Organização do Conhecimento e a Arquivologia, aplicada neste estudo, está ligada às diretrizes estabelecidas pela NOBRADE. Observou-se a adequação dos estudos da OC com as diretrizes da NOBRADE em relação ao desenvolvimento de instrumento de controle terminológico, estudos sobre a indexação e análise de domínio, necessidade de utilização de políticas de indexação e instrumentos de controle terminológico.

Com base nas recomendações da NOBRADE, foram adotadas três diretrizes para definir os pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN: análise contextual dos documentos, descrição dos elementos obrigatórios e escolha de um instrumento de controle terminológico para a indexação.

Ademais, foram identificados desafios neste estudo, como a falta de políticas ou diretrizes de indexação, a necessidade de tratamento arquivístico dos documentos da CV-UFRN e a atualização dos instrumentos de controle terminológico relacionados aos Direitos Humanos. Destarte, indicam-se novas possibilidades de estudos futuros (1) desenvolver estudo sobre a criação de uma política de indexação para os documentos da CV-UFRN, (2) aplicar o conhecimento arquivístico no tratamento documental da CV-UFRN, (3) aperfeiçoar os instrumentos de controle terminológico no campo temático dos direitos humanos, e (4) desenvolver estudos sobre as perspectivas éticas e legais de acesso e privacidade de dados pessoais no tratamento dos documentos memorialísticos da CV-UFRN.

Por fim, entende-se que este estudo tem o potencial de contribuir para a recuperação dos documentos da CV-UFRN, por meio do diálogo interdisciplinar da OC e da Arquivística, que resultou na proposta de descrição de pontos de acesso a esses documentos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pela bolsa recebida no decorrer desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre ciência da informação e arquivologia. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis, ENANCIB, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/184940>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ALMEIDA, Eneá de Stutz e. Direito à Justiça e a questão dos civis que atuaram na ditadura brasileira. *In: TOSI, Giuseppe et al (Org.). Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 195-212.

ALMEIDA, Juan de Assis; MAIA, Kadma Lanúbia da Silva (org.). **Verdades cruzadas: um panorama dos trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN**. Natal: UFRN, 2015. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.ufrn.br/documentos.php>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ANCIB. Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **ENANCIB – Coordenações e emendas de GT**. 2023. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 06 jun.2023.

BARRETO, Camila Veloso; RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como parâmetro de boas práticas na seção de finanças do colégio Pedro II. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., Marília, 2018, **Anais [...]**. Marília, ENANCIB, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1484/1432. Acesso em: 18 set. 2023.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 76 – 92, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: O documento de arquivo como informação e testemunho. *In*: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (org). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 161-174.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação dos documentos de arquivos relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/38762>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Lei 12.527 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Lei 12.528 de novembro de 2011, Comissão Nacional da Verdade. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 33, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/CyYd3Km3xzTdmf5DzxxQd3h/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Lua Nova**, São Paulo, p. 145- 176, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/j8gsx3HvjpytTBxtkhNmYVP/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; RIBEIRO, Ana Claudia; GOMES, Pablo. A Qualidade do Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos como Instrumento de Organização da Informação e do Conhecimento. **ISKO Brasil**, Paraná, v. 5, 2017, p. 225-232. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122062>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Organização do conhecimento: pesquisa e desenvolvimento. *In*: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. (Org.) **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. v. 3, p. 670 – 687. Disponível em: <https://isko.org.br/publicacoes/serie-estudos->

[avancados-em-organizacao-e-representacao-do-conhecimento/](#). Acesso em: 25 maio 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Jacyara Kalina Themistocles da. **Contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para a definição de pontos de acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.